



# AVALIAÇÃO UNIFICADA

## CADERNO DE QUESTÕES

### INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Término da prova: **21h30min**
- Tempo mínimo para entrega da prova: 40 min.

CURSO/PERÍODO

**DIREITO - 6º PERÍODO - DATA: 19/09/2022**

## GABARITO RASCUNHO

|    |   |   |   |   |
|----|---|---|---|---|
| 01 | A | B | C | D |
| 02 | A | B | C | D |
| 03 | A | B | C | D |
| 04 | A | B | C | D |
| 05 | A | B | C | D |
| 06 | A | B | C | D |
| 07 | A | B | C | D |
| 08 | A | B | C | D |
| 09 | A | B | C | D |
| 10 | A | B | C | D |
| 11 | A | B | C | D |
| 12 | A | B | C | D |
| 13 | A | B | C | D |
| 14 | A | B | C | D |
| 15 | A | B | C | D |
| 16 | A | B | C | D |
| 17 | A | B | C | D |
| 18 | A | B | C | D |
| 19 | A | B | C | D |
| 20 | A | B | C | D |
| 21 | A | B | C | D |
| 22 | A | B | C | D |
| 23 | A | B | C | D |
| 24 | A | B | C | D |
| 25 | A | B | C | D |
| 26 | A | B | C | D |
| 27 | A | B | C | D |
| 28 | A | B | C | D |
| 29 | A | B | C | D |
| 30 | A | B | C | D |



Disciplina: Direito Processual Civil II  
Professor: Roberta Favalessa Donini

### Questão 01

Analise o conceito abaixo:

“Art. 125. É admissível \_\_\_\_\_, promovida por qualquer das partes:

II - àquele que estiver obrigado, por lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo de quem for vencido no processo.”

Trata-se, portanto, de qual modalidade de intervenção de terceiros?

- a) chamamento ao processo.
- b) amicus curiae
- c) denunciação da lide.
- d) assistência litisconsorcial.

### Questão 02

Analise as assertivas abaixo:

I - O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica é cabível somente na fase de processo de conhecimento e cumprimento de sentença, uma vez que o processo de execução de título extrajudicial é um procedimento satisfativo, descabendo a desconconsideração.

II - O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.

III - O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica é cabível apenas no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.

Está correto o afirmado em:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) nenhuma das alternativas.

### Questão 03

A comunicação dos atos, no processo, se dá através:

- a) da citação e intimação.
- b) somente pela citação.
- c) somente pela intimação.
- d) cabe a cada uma das partes tomar conhecimento dos atos do processo voluntariamente, o que caracteriza a celeridade processual.

### Questão 04

Analise as preposições abaixo, quanto ao prazo processual.

I – o não cumprimento do prazo processual acarreta prescrição.

II – os prazos processuais são contado somente em dias úteis.

III – considera-se como data de publicação o mesmo dia da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico.

III – a contagem do prazo terá início no primeiro dia útil que seguir ao da publicação.

Está correto o contido em:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) II e IV.

Disciplina: Direito dos Contratos II  
Professora: Leilane Camargos

### Questão 05

João, viúvo, é pai de Juliana, Mario e André. João faz uma doação de seu carro para Juliana que é sua filha preferida, porém ao invés de doação eles fazem um contrato de compra e venda simulado e pegam o consentimento de Mario e André. Mario e André acreditam que o negócio jurídico foi um contrato de compra e venda. Passados 3 anos Mario e André descobrem que houve uma doação e não uma compra e venda. Nesse caso:

- a) A venda é anulável pelo não consentimento dos irmãos e prazo para anulação é dois anos a partir do ato.
- b) A venda é anulável pelo não consentimento dos irmãos e o prazo para anulação é dois anos. Como os preteridos (Mario e André) não tinham conhecimento, o prazo começará a contar após a ciência da simulação
- c) A venda é nula. O negócio Jurídico é simulado. Não há prazo para alegação da nulidade.
- d) A venda é nula. O negócio Jurídico é simulado. O prazo para alegação é de 4 anos a partir do ato.

### Questão 06

Em um condomínio comum Alessandra, Joaquina e Guto tem 1/3 da fração ideal. Alessandra vende sua parte sem oferecer para Joaquina e Guto. Nesse caso:

- a) Há um vício no negócio jurídico no plano da existência. O negócio é inexistente
- b) Há um vício no negócio jurídico no plano da validade. O negócio jurídico é nulo.
- c) Há um vício no negócio jurídico no plano da validade. O negócio jurídico é anulável
- d) Há um vício no negócio jurídico no plano da eficácia. O negócio jurídico é inoponível para Joaquina e Guto, que, depositando o preço podem reaver a coisa.

### Questão 07

Joaquim vendeu para José sua safra de vinhos. No contrato de compra e venda foi inserida uma cláusula especial de venda a contento, pois José queria experimentar o vinho. Assinale a resposta correta:

- a) O contrato de compra e venda não existirá enquanto José não aceitar o sabor do vinho.
- b) O contrato existe, porém não tem validade até que José aceite o sabor do vinho
- c) Para Jose não aceitar o vinho ele deve justificar que o produto está estragado
- d) O contrato existe, é válido e só terá eficácia a partir da aceitação de José.

### Questão 08

Sobre as cláusulas especiais do contrato de compra e venda responda:

- a) Na venda a contento o adquirente, para rejeitar a coisa, deve justificar que a qualidade e o desempenho prometido não foram entregues.
- b) Na venda sujeita à prova o adquirente pode rejeitar a coisa se não gostou do objeto, não sendo preciso justificar a qualidade ou o desempenho.
- c) Na preempção ou preferência se o vendedor quiser recomprar a coisa pagará o valor que terceiro pagaria, e não valor que vendeu a coisa anteriormente
- d) Na retrovenda, se o vendedor quiser exercer o direito de retrato deverá pagar pela coisa o valor que terceiro pagaria, e não o valor que vendeu a coisa anteriormente.

Disciplina: Direito Previdenciário  
Professora: Leilane Camargos

### Questão 09

Até novembro de 2019 existiam dois tipos de aposentadorias básicas: Por idade ou por tempo de contribuição. Na aposentadoria por tempo de contribuição os requisitos para o Homem eram: 35 anos de tempo de contribuição, 180 meses de carência, sem idade mínima.

João, aos 55 anos de idade, completou 35 anos de tempo de contribuição em Outubro de 2019 e já tinha mais de 180 meses de carência.

Com a Reforma da Previdência, em novembro de 2019, as regras mudaram e passou a existir outra modalidade de aposentadoria que é a programada. Para essa aposentadoria o Homem precisa ter pelo menos 15 anos de tempo de contribuição e 65 anos de idade.

De acordo com o caso apresentado:

- a) João terá direito à Aposentadoria, mesmo após a vigência da nova lei, pelo princípio do Direito Adquirido.
- b) João não terá direito à Aposentadoria pelo princípio da Isonomia.
- c) João só teria direito à Aposentadoria se tivesse feito o pedido antes da Reforma da Previdência.
- d) João deverá esperar chegar aos 65 anos para ter direito à nova regra da Previdência.

#### Questão 10

Maria foi aposentada em 2015 com o valor de R\$3.000,00 (Três Mil Reais). Em 2022 Maria está recebendo R\$4.100,00 (Quatro Mil e Cem Reais). Inconformada Maria alega que seu benefício está na realidade diminuindo pois não acompanhou o salário mínimo. Nesse caso:

- a) Maria está correta. O Princípio da Irredutibilidade do Valor do Benefício garante que o benefício irá acompanhar (ser indexado) pelo salário mínimo.
- b) Maria está errada. O Princípio da Irredutibilidade do Valor do Benefício garante apenas que o benefício não vai diminuir.
- c) Maria está errada. O Princípio da Irredutibilidade do Valor do Benefício garante que o benefício não vai diminuir e além disso garante também que será atualizado. Se o fator de atualização foi aplicado ano a ano, o princípio foi adotado.
- d) Maria está correta. O Princípio da Isonomia garante que o benefício seja atualizado pelo salário mínimo.

#### Questão 11

Os benefícios assistenciais dividem-se em duas modalidades: o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e os Benefícios Eventuais. A respeito do Benefício de Prestação Continuada, assinale a resposta correta:

- a) É devido à pessoa com deficiência, independente da renda da família.
- b) É devido ao idoso, que pelo Estatuto do Idoso, são os maiores de 60 anos, que tenham situação de vulnerabilidade;
- c) É devido ao idoso acima de 65 anos e à pessoa com deficiência que não tenham meios de prover sua própria subsistência ou de tê-la provida por sua família
- d) É devido a qualquer pessoa que esteja em situação de vulnerabilidade, independente da idade ou de deficiência.

Disciplina: Direito Administrativo I

Professor: Nelson Oberlander

#### Questão 12

Com relação ao conceito de Direito Administrativo, assinale a opção que congrega de forma correta os elementos que o compõem.

- a) Direito Administrativo pode ser traduzido pelo conjunto de normas e princípios que organizam a relação jurídica exclusivamente entre os próprios componentes da Administração Pública.
- b) Direito Administrativo é o ramo do Direito Público que estuda princípios e normas reguladores do exercício da função administrativa.
- c) Direito Administrativo é um conjunto de princípios e normas que não alberga a noção de bem de domínio privado do Estado.
- d) Direito Administrativo sintetiza-se no conjunto harmônico de normas e princípios que regulam exclusivamente as relações jurídicas administrativas entre o Estado e o particular.

**Questão 13**

Quando o Estado, por seus procuradores, insiste em apresentar recursos judiciais meramente procrastinatórios, diz -se que tal proceder:

- a) Reflete o atendimento ao interesse público primário, eis que o Estado não pode abrir mão do seu direito de ação.
- b) É fruto do princípio da indisponibilidade do interesse público primário.
- c) Pode atender ao interesse público secundário, mas não ao primário.
- d) É fruto do princípio da supremacia do interesse público.

**Questão 14**

A Administração Pública, considerada em sentido objetivo, ou seja, no efetivo exercício da função administrativa, pratica diversas atividades voltadas a consecução de suas finalidades. Não engloba estas atividades:

- a) Polícia Administrativa.
- b) Elaboração legislativa, com caráter inovador.
- c) Serviço Público.
- d) Fomento a atividades privadas de interesse público.

**Questão 15**

A interpretação das normas de direito administrativo, embora não refratária à aplicação analógica das regras do direito privado, singulariza-se pelos elementos indicados a seguir:

- a) presunção absoluta de legitimidade dos atos administrativos.
- b) evogabilidade e anulabilidade dos atos administrativos, por motivos de conveniência ou oportunidade, insuscetíveis de avaliação judicial.
- c) disponibilidade dos interesses públicos, em razão do poder discricionário atribuído a todos os agentes públicos.
- d) desigualdade jurídica entre a Administração e os administrados.

|   |
|---|
| Disciplina: Direito Empresarial III<br>Professora: Ronaldo Carvalho |
|---|

**Questão 16**

O juízo falimentar é universal: atrai todas as ações e os interesses da sociedade falida e da massa falida. De acordo com a regra geral da Lei de Falências, essa atratividade ocorrerá na ação em tramitação em que a massa falida figure na condição de:

- a) sujeito passivo de uma execução tributária.
- b) autora ou litisconsorte ativa em ações não reguladas na Lei de Falências.
- c) sujeito passivo de uma reclamação trabalhista.
- d) sujeito passivo no cumprimento de sentença líquida por reparação de danos.

**Questão 17**

No que se refere ao direito falimentar, é correto afirmar que

- a) o juízo competente para julgar o pedido de falência é o do local do domicílio do credor.
- b) a sentença declaratória é pressuposto material objetivo da falência.
- c) cabe ao juiz analisar se o empresário se encontra em estado de insolvência.
- d) as sociedades cooperativas estão sujeitas à falência.

### Questão 18

Dona TEMAKI, ao se aposentar após 30 anos de trabalho em uma grande indústria de confecções, resolve comprar com recursos do FGTS uma máquina de costura e diversas tonalidades de tecido para, trabalhando sozinha, atender a pedidos de sua vizinhança. Dona TEMAKI está atuando há mais de 5 anos nessa atividade, a qual, ao complementar sua aposentadoria, permite que ela pague a Faculdade de sua neta. Ocorre que Dona TEMAKI em razão da atividade econômica realizada vem a contrair dívidas para com SHOPEPEDRO um empresário individual. Assim, SHOPEPEDRO ingressa com ação de cobrança em desfavor de sua devedora. Referida ação fora julgada procedente, com a condenação de Dona TEMAKI ao pagamento de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Após o trânsito em julgado da sentença, pretende SHOPEPEDRO ingressar com pedido de falência de Dona TEMAKI. Tendo em vista a situação em comento pode-se afirmar que:

- a) SHOPEPEDRO poderá ingressar com pedido de falência tendo em vista o valor da condenação.
- b) Dona TEMAKI não está sujeita ao regime jurídico falimentar por se enquadrar como profissional intelectual.
- c) SHOPEPEDRO somente poderá pleitear a falência de Dona TEMAKI caso proteste a sentença judicial.
- d) Dona TEMAKI não está sujeita ao regime jurídico falimentar, por não se enquadrar no conceito descrito no Artigo 966 do Código Civil.

### Questão 19

O Artigo 94 da Lei 11.101/2005 tipifica alguns atos como sendo atos falimentares. Assim, as condutas relacionadas nas alternativas abaixo, quando realizadas pelo devedor, podem ser consideradas como atos de falência, à exceção de uma. Assinale-a:

- a) Deixar de pagar, no vencimento, obrigação líquida materializada em título ou títulos executivos protestados.
- b) Transferir estabelecimento a terceiro, credor ou não, sem o consentimento de todos os credores e sem ficar com bens suficientes para solver seu passivo.
- c) Simular a transferência de seu principal estabelecimento com o objetivo de burlar a legislação ou a fiscalização ou para prejudicar credor.
- d) Dar ou reforçar garantia a credor por dívida contraída anteriormente sem ficar com bens livres e desembaraçados suficientes para saldar seu passivo.

|  |
|--|
| Disciplina: Direito Penal – Parte Especial IV<br>Professor: André de Paula Viana |
|--|

### Questão 20

A simples conduta de adulterar a placa de veículo automotor, com arrependimento posterior, tem como bem jurídico tutelado a

- a) identificação de veículo automotor.
- b) fé pública.
- c) idoneidade de documento público.
- d) idoneidade de sinal público.

### Questão 21

Segundo a tipologia especificamente adotada pelo Código Penal, quem omite, na folha de pagamento ou em documento de informações que seja destinado a fazer prova perante a previdência social, nome do segurado e seus dados pessoais, a remuneração, a vigência do contrato de trabalho ou de prestação de serviços, incorre nas penas correspondentes ao crime de:

- a) Atentado contra a liberdade de trabalho.
- b) Apropriação indébita previdenciária.
- c) Falsificação de documento público.
- d) Falsificação de documento particular.

### Questão 22

Márcio, maior, capaz, reincidente em crime doloso, comprou, na mercearia do bairro em que mora, na cidade de São João de Meriti – RJ, gêneros alimentícios no montante de R\$ 60,00, pagou as compras com duas cédulas de R\$ 50,00, cuja inautenticidade era de seu pleno conhecimento, e recebeu o troco em moeda nacional autêntica. No dia seguinte, arrependido de sua conduta pela repercussão que poderia adquirir, procurou o proprietário da mercearia, Paulo, maior capaz e com ensino médio completo, confessou o ocorrido, restituiu o troco e pagou integralmente, com dinheiro legal, as mercadorias. Paulo chamou a polícia, que encontrou, no caixa da mercearia, apenas uma das cédulas falsificadas, tendo sido ela apreendida. Márcio foi conduzido à delegacia, ocasião em que foram encontrados em sua posse os seguintes petrechos destinados especificamente à falsificação de moeda: duas matrizes metálicas e faixa magnética que imita o fio de segurança de cédulas autênticas.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- Paulo deve ser acusado da prática do delictum privilegium de reinserir em circulação moeda falsa, classificado como de menor potencial ofensivo, ainda que alegue desconhecer norma legal proibitiva, caso se comprove que ele, tendo recebido como verdadeira cédula falsa, portanto, de boa-fé, a tenha restituído à circulação, após perceber sua inautenticidade, para evitar prejuízo a seu regular comércio.
- Tendo sido o crime praticado sem violência ou grave ameaça a pessoa, com posterior reparação do prejuízo sofrido pela vítima, e em face do comportamento voluntário do agente, anterior ao oferecimento da denúncia, fica caracterizado o arrependimento eficaz, o que impõe a redução da pena de um a dois terços.
- Caso se demonstre, na instrução do processo, que Márcio é o autor da falsificação do dinheiro e igualmente o responsável por sua circulação, ele deverá ser responsabilizado por concurso material, em face da peculiaridade do tipo misto cumulativo que caracteriza o crime de moeda falsa.
- No caso de moeda falsa, o CP estabelece a sanção na modalidade culposa, de maneira excepcional, em duas circunstâncias: quando o agente tem ciência da falsidade da moeda e a guarda ou a tem em depósito de forma culposa, ou quando, ciente da falsidade, igualmente de forma culposa, a restitui à circulação.

|  |
|--|
| Disciplina: Direito Constitucional II<br>Professor: Me. Mário César Martins de Miranda |
|--|

### Questão 23

Assinale a alternativa que está em consonância com o texto da Constituição Federal Brasileira.

- A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante a noite, por determinação judicial.
- É inviolável o sigilo da correspondência, salvo por ordem judicial para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que obtida, previamente, a devida autorização do órgão competente.
- A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

### Questão 24

A Constituição Federal protege a casa do indivíduo, considerando-a asilo inviolável, ninguém nela podendo penetrar sem o consentimento do morador. Tal afirmação está:

- totalmente correta
- parcialmente correta, visto que a própria Constituição Federal prevê as seguintes exceções a essa regra: hipóteses de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial
- parcialmente correta, visto que a própria Constituição Federal prevê as seguintes exceções a essa regra: hipóteses de flagrante relacionado a crime hediondo ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- parcialmente correta, visto que a própria Constituição Federal prevê as seguintes exceções a essa regra: hipóteses de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, inclusive durante a noite, por determinação judicial.



**Questão 25**

Sobre os direitos e garantias fundamentais na Constituição brasileira de 1988 é correto afirmar:

- a) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo por ordem judicial e para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- b) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior pelo uso e eventual dano.
- c) A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.
- d) São gratuitos, para os brasileiros, o registro civil de nascimento e a certidão de óbito.

~~~~~

Não há nada no mundo que se iguale ao amor de Deus. Ele é o escudo que está sempre nos livrando do mal.